



Governo do
Estado de Alagoas

ISSN 2237-5775



Contas Regionais do Estado de Alagoas 2003-2008

v.10

2011

Secretaria de Estado
do Planejamento e
do Desenvolvimento Econômico

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INDICADORES
GERÊNCIA DE CÁLCULOS DOS AGREGADOS ECONÔMICOS

CONTAS REGIONAIS
DO ESTADO DE ALAGOAS
2003-2008

v. 10

Maceió

2011

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
Governador - Teotonio Brandão Vilela Filho
Vice Governador - José Thomaz Nono

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEPLANDE

Secretário de Estado - Luiz Otavio Gomes
Secretário de Estado Adjunto de Planejamento e Orçamento - José Candido do Nascimento
Chefe de Gabinete - Rafaelle Novais

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Superintendente - Thiago José Tavares Ávila

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INDICADORES

Diretor - Ilmo Wanderley Gallindo

GERÊNCIA DE CÁLCULOS DOS AGREGADOS ECONÔMICOS

Gerente - Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

EQUIPE TÉCNICA

Gilvandro Freitas
Roberson Leite Silva Júnior
Teresa Márcia da Rocha Lima Emery
Christiane Louise Lima Silva
Ilmo Wanderley Gallindo

EQUIPE DE APOIO

Maria Teônia Melo Amorim
Margarida Maria Messias da Silva
Daniella dos Santos Lessa Araújo – estagiária
Márcio Alexander Ribeiro Torres – estagiário

NORMALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Biblioteca Luiz Sávio de Almeida

Gerente - Elisabete Maria M. de Souza

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Coordenador de Comunicação - Guilherme Lamenha

Assessora de Comunicação - Renée Le Campion

Comunicação Visual - Victor Caesar

Thales França

CONTAS REGIONAIS DO ESTADO DE ALAGOAS é uma publicação anual da SEPLANDE/AI. Disponível para consultas e download no site [http:// www.seplande.al.gov.br](http://www.seplande.al.gov.br). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos, desde que seja citada a fonte.

Bibliotecária Responsável: Maria Gorileide P. de Oliveira – CRB-4/1524

Contas Regionais do Estado de Alagoas. - Ano 2010, n. 10 (2001)- .
-Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento
Econômico, 2011.

v.: il. Color. ; 21cm.

Anual

Período: 2003-2008

Continuação: Produto Interno Bruto, a partir do v.10.

ISSN 2237-5775

1. Economia - Alagoas. 2. Estatística - Alagoas

CDU33(813.5)



Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico – SEPLANDE

R. Dr. Cincinato Pinto, 503 - Centro - Maceió-Alagoas

CEP.: 57020-050 - Fone: (82)3315-1522 - Fax: (82)3315-1525

<http://www.seplande.al.gov.br>

APRESENTAÇÃO

Um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, o Produto Interno Bruto (PIB), objetiva mensurar a atividade econômica de uma região, em termos de produção de riqueza. Esse desempenho constitui um valioso subsídio à tomada de decisão do gestor público e, conseqüentemente, possui forte impacto para a sociedade alagoana.

Para garantir a sistemática produção de informação voltada ao Estado, a Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico – SEPLANDE, através da Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento, apresenta a publicação Contas Regionais do Estado de Alagoas, que reúne dados precisos sobre as atividades produtivas de Alagoas.

As informações que constam nesta publicação compreendem o período de 2003 a 2008, desagregadas por atividade econômica e setor de atividade, com mensuração da metodologia elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, através da Coordenação de Contas Nacionais – CONAR, em parceria com os órgãos de estatística das secretarias estaduais.

O estudo se aplica a uma visão mais perceptiva da realidade, possibilitando o desenvolvimento de análises mais aprofundadas a partir do PIB, podendo ainda, ser considerado como referência para pesquisas, fundamentando novos trabalhos que ampliem o conhecimento sobre a estrutura produtiva da economia estadual.

Esta publicação é, portanto, mais um resultado dos esforços da SEPLANDE em cumprimento à sua função de produzir, sistematizar e divulgar dados estatísticos do Estado, de forma a atender a demanda dos vários segmentos da sociedade.

Por fim, registramos nossos agradecimentos à cooperação do IBGE, em particular na qualificação dos técnicos desta SEPLANDE, aspecto fundamental para a consolidação e a consistência dos resultados finais.

Luiz Otavio Gomes
Secretário

SUMÁRIO

- Apresentação	3
- Metodologia	9
- Definição do Ano de Referência	21
- Análise Geral	22
- Análise Setorial	22
- Composição do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente e variação real, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008	24
- Variação real anual do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2003/2008	25
- Composição do Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente de Alagoas - 2003-08	26
- Produto Interno Bruto Per Capita de Alagoas - 2003-08	26
- Valor Adicionado, a preço básico, por setor de atividade de Alagoas - 2003-08	27
- Participação (%) no Valor Adicionado, a preço básico, por setor de atividade de Alagoas - 2003-08	27
- Valor Adicionado, a preço básico, por atividade econômica de Alagoas - 2003-08	28
- Participação das Atividades Econômicas no Valor Adicionado de Alagoas - 2003-08	29
- Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, Valor Adicionado por setor de atividade e Impostos, do Brasil e Região Nordeste - 2006-08	30
- Participação (%) do Valor Adicionado e dos Impostos no PIB do Brasil e da Região Nordeste - 2006-08	31
- Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente do Brasil e da Região Nordeste - 2003-08	32
- Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e ranking das Unidades da Federação - 2003-08	33
- Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e ranking, por Estados da Região Nordeste - 2003-08	35
- Produto Interno Bruto Per Capita, segundo ranking das Unidades da Federação 2003-08	36
- Produto Interno Bruto Per Capita, segundo ranking, por Estados da Região Nordeste - 2003-08	38
- Produto Interno Bruto de Alagoas, do Nordeste e do Brasil, segundo participação - 2003-08	38

METODOLOGIA DE REGIONALIZAÇÃO DAS PESQUISAS

No modelo atual das Contas Regionais, baseado fortemente nas pesquisas anuais do IBGE, a informação mais completa refere-se às empresas e também às suas unidades locais. Este modelo tem como vantagem a melhor informação sobre os fatores produtivos necessários para construção dos agregados com base nos dados contábeis das empresas, que em última instância, é a informação mais próxima da sua estrutura administrativa e organizacional. Naturalmente, por ser uma empresa formal, ela já convive com a prestação de contas sobre o seu desempenho financeiro junto ao órgão de fiscalização fazendária.

No modelo anterior, baseado em Censos, a informação servia melhor no que tange à regionalização já que advinha do estabelecimento e que poderia não estar na mesma Unidade da Federação da sede da empresa. No entanto, era mais difícil ao informante, já que ele teria que fornecer as informações em formato não habitual ao seu padrão contábil e acabava gerando informações distorcidas, além de serem bastante morosas, especialmente para as grandes corporações, que são compostas de várias unidades produtivas.

Para melhor adaptar as Contas Regionais ao novo modelo e, por saber, que se impõem algumas limitações no que concerne à regionalização, foi necessário desenvolver alguns critérios para regionalizar os agregados com base em indicadores fornecidos pelas pesquisas. Esses critérios de regionalização são por pesquisa:

PIA - Pesquisa Industrial Anual – PIA – Empresa

A PIA-Empresa tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País e suas transformações no tempo, através de levantamentos anuais, tomando como base uma amostra de empresas industriais, tendo atividade principal classificada nas Seções C e D da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Está desenhada para representar todas as Unidades da Federação (UFs) na divisão da CNAE 1.0 (2 dígitos).

A PIA investiga empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas, sendo o estrato amostrado composto por empresas entre 5 e 29 PO e o estrato completo com 30 ou mais pessoas ocupadas.

A pesquisa está organizada num esquema de unidades múltiplas com identificação das unidades locais, tendo a empresa como unidade central de investigação e núcleo em torno do qual se articulam as unidades. Para as empresas com múltiplas localizações e/ou múltiplas atividades econômicas, completam-se o enfoque centralizado na empresa, com a identificação das unidades locais, por localização geográfica e atividade principal exercida, e a informação de um conjunto limitado de variáveis referentes às atividades nelas exercidas. São com base nessas informações que foram criados os métodos de regionalização.

O valor da produção e o consumo intermediário foram estimados a partir da tradução das variáveis contábeis constantes no questionário da pesquisa para os conceitos de Contas Nacionais segundo as recomendações internacionais.

PAC - Pesquisa Anual do Comércio

A pesquisa tem por objetivo identificar as características estruturais básicas, a distribuição espacial e as transformações no tempo das atividades investigadas, através de levantamentos anuais. São pesquisadas as empresas classificadas na Seção G da CNAE (excluindo 50.42, 51.1 e 52.7) sediadas no território nacional, à exceção da Região Norte onde são consideradas apenas aquelas sediadas nos municípios das capitais.

O plano amostral da pesquisa divide-se em estrato completo e estrato amostrado. As empresas comerciais com 20 ou mais Pessoas Ocupadas (PO) compõem o estrato completo e as demais o estrato amostrado.

A unidade de investigação da PAC é a empresa, o que gerou a necessidade do estabelecimento de critérios de rateio para as empresas que atuam em mais de uma Unidade da Federação (UF).

PAS – Pesquisa Anual de Serviços

A pesquisa tem por objetivo identificar a estrutura básica dos serviços empresariais não-financeiros no País, sua distribuição espacial e o acompanhamento de suas transformações, através de levantamentos anuais. A pesquisa possui como abrangência o território nacional, à exceção da Região Norte, onde são consideradas apenas aquelas sediadas nos municípios das capitais. A unidade de investigação da pesquisa foi à empresa, gerando necessidade de regionalização das informações das empresas por Unidade da Federação de atuação.

O plano amostral da pesquisa divide-se em estrato completo e estrato amostrado. As empresas comerciais com 20 ou mais Pessoas Ocupadas (PO) compõem o estrato completo e as demais o estrato amostrado.

PAIC - Pesquisa Anual da Indústria da Construção

A pesquisa tem por objetivo identificar as características estruturais básicas, a distribuição espacial e as transformações no tempo da atividade de construção no país, através de levantamentos anuais. A unidade de investigação é a empresa classificada na Seção F da CNAE 1.0 e possui abrangência para todo o território nacional para as empresas que possuem 5 ou mais pessoas ocupadas.

Cálculo da função de produção dos trabalhadores por conta própria

A PNAD é uma pesquisa domiciliar, não tendo preocupações econômicas que permitam a estimação de agregados macroeconômicos para o cálculo do PIB pela ótica da produção, e a

informação que foi apropriada pela contabilidade nacional foi a posição na ocupação e o rendimento anualizado, este utilizado como *proxy* do VA da conta própria.

Para a construção da função de produção dos trabalhadores por conta própria utilizado os coeficientes técnicos (CI/VP, VA/VP etc.) das pequenas empresas (estrato amostral). Uma outra opção seria a utilização da ECINF (Economia Informal Urbana 2003), que também fornece a indicação para os coeficientes técnicos. Esta pesquisa foi usada nos parâmetros das Contas Nacionais, mas, por ter sido uma pesquisa única no ano de 2003, os coeficientes ficam constantes, fator este, fundamental no caso das Contas Regionais, pela opção pelos indicadores do estrato amostral, já que teremos informações anuais classificados pela CNAE.

RESUMO DOS PROCEDIMENTOS

No novo ano de referência das Contas Regionais (2002) foram introduzidas algumas alterações, tanto pelas fontes das pesquisas, quanto de procedimentos, como já abordado. Na metodologia antiga, índices de volume e de preços eram utilizados para extrapolar a tendência do comportamento das atividades e estimar um valor corrente. Agora, os valores nominais são obtidos anualmente das pesquisas estruturais e balanços das empresas para as diversas atividades.

Os próximos capítulos contêm resumo por atividade da nova metodologia, classificação e procedimentos para a estimação anual dos agregados (VP, CI e VA).

1 – AGROPECUÁRIA

A atividade agropecuária na base 1985 era estimada apenas por uma função de produção. O Censo Agropecuário (CA) de 1985 foi a fonte básica dos dados, onde eram estimados o valor de produção dos produtos da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração vegetal e pesca, separadamente, sendo que os insumos eram agrupados para toda a agropecuária, existindo assim somente uma atividade.

No novo ano de referência (2002), foi replicado para às Unidades da Federação (UF) o trabalho feito nas Contas Nacionais, onde a agropecuária está desdobrada em doze atividades: sete da agricultura, três da pecuária, uma da silvicultura e exploração vegetal, além da pesca. A evolução do VP será tratada mais adiante, separadamente para cada atividade.

Neste sentido, houve um ganho analítico em relação a base 1985, em vez de uma função de produção teremos neste novo formato doze funções de produção. A estrutura definida separa em atividades os produtos mais importantes da economia brasileira (soja, cana-de-açúcar, café, cítricos e cereais) e agrupam-se em duas atividades os produtos não contemplados, os outros produtos da lavoura permanente e outros da lavoura temporária.

Para o consumo intermediário (CI), os insumos eram comuns a todas as atividades, já que o CA de 1995/1996 foi construído pelo critério de produção principal do estabelecimento, com isto, contemplava a produção principal do estabelecimento e também às produções secundárias¹

Relação dos insumos:

- Adubos e Corretivos
- Sementes e Mudas
- Agrotóxicos
- Medicamentos para Animais
- Sal
- Rações Industriais
- Outros Alimentos
- Compra de Ovos e Pinto de 1 dia
- Aluguel de máquinas e equipamentos
- Serviços de empreitada, Transporte da produção
- Sacaria e outras embalagens
- Combustíveis e lubrificantes
- Energia elétrica
- Outras despesas

Para a evolução dos insumos para os anos posteriores ao CA 1995/1996, foram utilizados indicadores específicos de volume e de preço, dependendo do produto, se da lavoura temporária ou permanente, da mesma forma para pecuária, silvicultura, exploração florestal e Pesca.

Para divulgação as atividades agrícolas foram agrupadas a atividade de silvicultura e exploração florestal e a pecuária foi somada a atividade de pesca.

1.1 – Agricultura

- Cultivo de Cereais
- Cultivo de Cana-de-açúcar
- Cultivo de Soja
- Cultivo de Outros Produtos da Lavoura Temporária
- Cultivo de Cítricos
- Cultivo de Café
- Cultivo de Outros Produtos da Lavoura Permanente.

O valor da produção (VP) estimado com base no Censo de 1995/1996 foi evoluído desde o ano de 1996 pela Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) por UF. Utilizam-se as variações de valor e de quantidade da PAM para os produtos que efetivamente são acompanhados pela pesquisa e, para

¹ Recomenda-se a leitura da Nota Metodológica No 14 do Sistema de Contas Nacionais – Atividade Agropecuária em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/referencia2000/2005/default_SCN.shtm

àqueles que não têm indicadores na PAM, adota-se como indicador de evolução do volume da produção a média dos indicadores disponíveis por atividade.

Este procedimento é semelhante à base 1985, o que diferencia é o fato de serem agrupados em atividades diferentes, com funções de produção específicas.

Consumo Intermediário

Como já citado, com a introdução de uma função de produção para sete atividades agrícolas, a evolução dos insumos destas atividades para os anos subseqüentes foi realizada de acordo com a característica de cada uma. Para os produtos da lavoura temporária o indicador básico de volume é a área cultivada, para os produtos da lavoura permanente o indicador foi à variação da produção do produto principal. Para preço foram utilizados os indicadores de preços recebidos e pagos pelos produtores, Índice de Preço Pago médio (IPP médio) e Índice de Preço Recebido (IPR) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro - FGV. Apenas para o consumo de energia elétrica rural utilizou-se a quantidade consumida e a variação de preços específicos para cada UF, fornecidos pelas distribuidoras de energia elétrica.

1.2 – Pecuária

1.2.1 -Criação de Bovinos, Outros Animas Vivos e Produtos de Origem Animal

1.2.2 - Criação de Suínos

1.2.3 - Criação de Aves

O valor da produção (VP) da Pecuária também foi estimado com base no CA 1995/1996. Basicamente foi utilizada a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) para evoluir o volume e, os Índices de Preços Recebidos pelos produtores (IPR)da FGV, para obtenção do valor.

No VP do produto bovinos vivos, diferentemente da base 1985, foi utilizado o ciclo de maturação dos animais, tanto para abate quanto para produção de leite, que, em média, é aproximadamente três anos. Foi utilizado também o peso do animal para abate por UF, para especificar as diferenças entre os tipos de gado cultivado no Brasil.

As atividades de suinocultura e criação de aves não apresentaram modificações na comparação com a base anterior, na evolução do VP destas duas atividades foi utilizado a PPM no volume e, IPR para preços, para os anos subseqüentes ao CA 1995/1996. O CI foi evoluído da mesma forma que os produtos agrícolas.

1.3- Silvicultura e exploração florestal

Esta atividade foi estimada de forma semelhante as atividades agrícolas, sempre com base no CA 1995/1996. Os indicadores de volume e preço para estimativa dos anos correntes foram a Pesquisa do Extrativismo Vegetal e Silvicultura (PEVS). Para os produtos que não dispunha de

indicadores na PEVS se utilizou o indicador médio, separadamente, para os produtos da silvicultura e extrativismo vegetal.

1.4 – Pesca

A atividade de piscicultura foi estimada de forma descendente, isto é, a função de produção da pesca nas Contas Nacionais foi distribuída para os estados com base nos dados informados pelo IBAMA para as empresas legalmente constituídas e a produção referente às famílias pela estrutura do Censo Demográfico 2000 - CD2000. Para o CI foi utilizada a relação CI/VP da conta de produção para a pesca das Contas Nacionais.

2 - INDÚSTRIA

Para as atividades industriais, que são Indústria de Transformação, Extrativa Mineral e Construção Civil, a exceção dos Serviços Industriais de Utilidades Pública (SIUP), foram introduzidas a Pesquisa Anual da Indústria (PIA)-Empresa e a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) do IBGE. A introdução da pesquisa torna-se o fator diferencial mais importante neste novo contexto no trabalho, tanto nas Contas Nacionais quanto nas Contas Regionais.

As novas pesquisas por amostra do IBGE conseguem ser trabalhadas, apuradas e introduzidas ao trabalho em tempo hábil, sendo que a vantagem deste novo marco é de fornecer o valor dos agregados anualmente, sem a necessidade de estimadores derivados (índice de preço e de volume) para a obtenção dos valores dos agregados.

A classificação utilizada foi a CNAE, diferentemente da base 1985 a classificação é fixa para todas as UFs, independente se tem ou não importância para o estado. Na base anterior (1985) os gêneros industriais que não tinham importância para os estados eram agrupadas em uma rubrica chamada “outros”.

Os próximos tópicos estão compostos de uma descrição mais aprofundada das atividades industriais.

2.1 – Indústria Extrativa Mineral

Na construção da atividade foi utilizada a PIA e a PNAD para os trabalhadores por conta própria, exceto para a atividade de extração de petróleo e gás, que trataremos em separado mais a frente.

Para o desdobramento do valor que a PIA disponibiliza, a opção foi a utilização do índice de volume e a obtenção do preço implicitamente. No caso dos estados que dispõem da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) utilizou-se a pesquisa, para os demais, foram utilizados os dados do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e/ou do consumo de energia elétrica na indústria extrativa. Este procedimento é idêntico ao utilizado na base 1985, com a diferença que a pesquisa já

levanta dados em valor corrente sendo, desta forma, o índice de preço estimado de forma implícita a partir do índice de volume calculado.

Tratamento da extração de petróleo e gás

A produção de petróleo e gás foi tratada separadamente e de maneira distinta da base 1985. Para descrever o procedimento é necessário antecipar o próximo tópico e incluir, na descrição da extração de petróleo e gás, a atividade de Refino de Petróleo que, apesar de fazer parte da indústria de transformação, teve um tratamento integrado com a extração.

No Brasil, a extração de petróleo e refino são atividades econômicas associadas, basicamente, a uma só empresa, a Petrobrás. Neste sentido, diferentemente da série anterior, a produção das duas atividades (extração de petróleo e refino) foi calculada a partir do valor adicionado (VA) da empresa. Na série anterior, as duas atividades eram estimadas separadamente e o resultado não era comparado ao valor adicionado total da empresa. Nesta nova série, o trabalho tem como ponto de partida o VA da Petrobrás, que será desdobrado em VA da extração de petróleo e gás e VA do refino.

Abaixo o esquema básico de cálculo:

1 O VA da Petrobrás foi calculado com base na ótica da renda, isto é, o VA é igual às remunerações mais o excedente operacional da empresa. A partir do cálculo do VA da Petrobrás, estimou-se o VA das atividades de exploração de petróleo e refino.

2 O próximo passo foi o cálculo do valor da produção (VP) do refino e da extração de petróleo. O VP da extração de petróleo foi estimado pela multiplicação das quantidades extraídas de petróleo e gás pelo preço internacional do petróleo (*brent*) menos um redutor de qualidade de 2 dólares.

Equação:

$VP_{extração} = \text{Quantidade extraída de petróleo e gás (ANP)} * (\text{preço do petróleo (brent)} - \text{redutor de qualidade})$

3 O cálculo do VP dos produtos do refino foi feito pela multiplicação das quantidades produzidas (ANP) pelo o preço dos produtos (ANP).

Equação:

$VP_{refino} = \text{Quantidade refinada (por produto ANP)} * (\text{preço dos produtos refinados (ANP)})$

4 Após o cálculo do VP da extração de petróleo e refino, obteve-se o VP total da empresa Petrobrás, o CI total da empresas foi obtido por diferença:

Equação:

$VA = VP - CI$

Já calculado -> $VP_{extração}$ e VP_{refino} , esta soma é igual ao $VP_{petrobrás}$

Agora se pode calcular:

$VP_{petrobrás} - VA_{petrobrás} = CI_{petrobrás}$, com isto estima-se a conta de produção completa da empresa Petrobrás.

5 Com a função de produção da empresa pronta, para o desdobramento do CI entre as atividades elegeu-se o cálculo do CI da atividade refino e por diferença o CI da extração. Esta escolha

deu-se pelo fato de se conhecer melhor as variáveis de custos e despesas. O CI do refino é composto pelo petróleo extraído, mais o petróleo importado e pelas margens de refino.

Equação:

$CI_{refino} = (\text{petróleo extraído} + \text{petróleo importado}) / \text{petróleo utilizado} + \text{margens de refino}$.

6 Por diferença, foi obtido o CI da atividade de extração de petróleo e gás.

Equação:

$CI_{petrobrás} - CI_{refino} = CI_{extração}$

7 Concluído este procedimento, regionalizou-se a função de produção das duas atividades, tendo como base os dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP) que informa o volume de produção de petróleo e gás por UF e a produção das refinarias por UF.

Com este procedimento garantimos que a soma das funções de produção das duas atividades seja igual ao da empresa, cada UF recebeu a parte proporcional nas duas atividades e, com isto, o total do VA da empresa.

2.2 – Indústria de transformação

Na construção desta atividade foi utilizado a PIA para as empresas formais e a PNAD para os trabalhadores por conta própria, tanto para o ano de referência, quanto para os anos subsequentes.

Como para a grande maioria das atividades da nova série, a opção para o desmembramento do índice de valor obtido na pesquisa, foi o indicador de volume e o índice de preço obtido implicitamente. A PIM foi o índice de volume utilizado, isto, para os estados que dispõem da pesquisa (AM, PA, CE, PE, BA, ES, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e GO) para os demais, a opção ainda é o consumo industrial de energia elétrica por gênero industrial. Neste sentido, as únicas mudanças importantes introduzidas foram a PIA e o tratamento da atividade refino, detalhado anteriormente.

2.3 – Indústria da construção

Para construção dos agregados da atividade, foi utilizada a Pesquisa da Indústria da Construção (PAIC) para as empresas formais e a PNAD para os trabalhadores por conta própria. As principais alterações em relação a série 1985 foi a introdução da pesquisa PAIC, e também, o procedimento de estimação dos indicadores de volume. Como nas demais atividades onde se estimam os dados em valores correntes das pesquisas anuais e estima-se um índice de volume o índice de preços é obtido implicitamente.

Esta atividade, como na série 1985, está sendo calculada pelo IBGE, avaliada e referendada pelos estados, já que é de difícil regionalização.

A metodologia para o cálculo do índice de volume para a atividade teve algumas alterações em relação a série 1985, que de um modo geral, era estimada por regressões, entretanto utilizamos as mesmas variáveis mas de forma diferente.

As variáveis selecionadas para compor a evolução dos agregados, Valor de Produção e Consumo Intermediário, da atividade de Construção Civil para os anos correntes da série 2002, foram:

- O consumo aparente de cimento (SNIC);
- O pessoal ocupado da PNAD/IBGE (parte conta própria); e
- O número de empregados informados pela RAIS/TEM (parte formal).

O cimento constitui uma variável *proxy* do consumo intermediário e o pessoal ocupado da PNAD, que representa os conta própria mais o da RAIS, que simboliza o lado formal da Construção, ambos em consonância com o Valor Adicionado.

Assim, o produto real da atividade de Construção Civil, para as Unidades da Federação, foi função das variáveis explicativas: cimento e pessoal ocupado.

A equação que descreve o cálculo do índice de volume da Construção Civil pode ser visualizada assim:

$$Y = (CI/VP) * X1 + (VA/VP) * X2.$$

Onde:

Y é o índice de volume da construção civil por Unidade da Federação;

X1 é a variação em volume do cimento por Unidade da Federação; e

X2 é a variação do pessoal ocupado por Unidade da Federação² (1).

As relações CI/VP e VA/VP de cada UF serviram como ponderadores para agregação das variáveis estimando, desta forma, o índice de volume da Construção Civil de cada UF.

A evolução do Consumo Intermediário Seguiu o mesmo indicador, em volume da produção. Após o cálculo de todas as UFs, confrontou-se o índice de produção da atividade de Construção para o Brasil e ajustou-se aos dados nacionais, tanto a produção como o consumo intermediário.

2.4 – Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana

O procedimento de estimativa da conta de produção por Unidade da Federação não foi modificado nesta atividade. O processo de regionalização da atividade requereu o envolvimento de todas as equipes estaduais, que levantaram os balanço contábeis de todas as empresas classificadas nesta atividade (empresas de geração e distribuição de energia elétrica, de tratamento e distribuição de água e esgoto). Os dados balanços foram transformados para os conceitos da contabilidade nacional e foi estimada uma função de produção. O total dos resultados obtidos por UF foram ajustados aos dados nacionais.

A vantagem deste procedimento é que além da coleta dos balanços ser descentralizada, requer o engajamento das equipes, que têm noção clara do elenco de empresas que atuam em seus estados. A comparação dos resultados deste processo e os obtidos pela análise das Declarações de Imposto de Renda Pessoas Jurídicas (DIPJ) resultou em diferenças insignificantes.

O índice de volume seguiu o mesmo procedimento da série anterior:

- Para geração de energia – variação da quantidade de energia gerada, no VP e CI;

² O pessoal ocupado da PNAD foi agregado com o pessoal ocupado da RAIS através da ponderação da participação no VP dos trabalhadores por conta própria da Construção, e o pessoal ocupado da RAIS ponderado pela participação do formal no VP, formando assim o índice agregado do PO que atuará na equação acima especificada.

- Para distribuição de energia – variação da quantidade de energia distribuída no VP e CI; e
- Para tratamento e distribuição de água e esgoto – VP volume de água faturada; CI volume de água tratada.

3 – SERVIÇOS

A atividade de serviços foi aquela que mais se beneficiou com a introdução das pesquisas anuais do IBGE, desde os Censos econômicos da década de 80 não se tinham tantos parâmetros para as atividades produtoras de serviços, agora, no novo ano de referência a cada ano poderemos acompanhar o comportamento destes setores.

Com o resultado das Contas Nacionais divulgado pelo IBGE (ano de referência 2000), percebeu-se que os setores de serviços ganharam participação no PIB em detrimento dos setores produtores de bens e certamente isto vai ser percebido regionalmente.

A introdução da Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) e da Pesquisa Anual do Comércio (PAC) se configura na grande mudança estrutural da nova série de referência. Todo este novo contexto não configura mudanças de procedimentos e sim, percepção anual do setor demonstrado pelas pesquisas.

O setor de serviços foi classificado no novo ano de referência em onze atividades para divulgação, abaixo relacionadas:

3.1 – Comércio e serviços de manutenção e reparação

O comércio no novo ano de referência foi estimado com base na PAC, PAS e PIA, para as empresas formais e PNAD para os trabalhadores por conta própria.

A atividade de comércio na série anterior não dispunha de muitas informações para a estimação dos anos subseqüentes ao Censo de 1985. Havia muitas dificuldades de se encontrar bons indicadores regionais, para os diversos segmentos do comércio, por este motivo, quando da divulgação das Contas Nacionais no começo de 2007, esta atividade foi uma das que teve seu peso na economia acima do que era estimado, o comércio passa de 7% para 11% da economia brasileira em 2004.

Além da vantagem da introdução da PAC nas estimativas regionais, nesta nova série, dispomos ainda da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) que fornece os indicadores de crescimento real do comércio para o desdobramento do valor da pesquisa entre índice de preço e de volume de alguns segmentos, além da utilização de dados da Associação Nacional dos fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) e da Agência Nacional de PETRÓLEO (ANP) como indicadores de volume e o índice de preço foi obtido de forma implícita.

3.2 – Transportes e armazenagem e correio

As atividades de transporte e armazenagem abrangem as atividades relacionadas com o transporte, por conta de terceiros, por rodovias, ferrovias, água, ar e dutos; a armazenagem de

mercadorias e as empresas de correios. O transporte compreende as empresas e os transportadores autônomos de carga, de mudanças e de passageiros.

Para construção dos agregados da atividade, foi utilizada a Pesquisa Industrial Anual (PIA)-Empresa, a Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) para as empresas formais e a PNAD para os trabalhadores por conta própria.

3.3 – Serviços de alojamento e alimentação

Os agregados (VP, CI e VA) das atividades de alojamento e alimentação foram totalmente estimados com base na PAS e PIA para as empresas formais e PNAD para os trabalhadores por conta própria.

Estas atividades foram trabalhadas separadamente, mas divulgadas juntas. Como em todas as atividades que compõem os serviços, o aperfeiçoamento nos resultados foi devido ao fato da introdução da PAS, já que não haviam bons indicadores para as estimativas anuais dos setores de serviço.

As variações de preço foram obtidas a partir dos dados em valor corrente da pesquisa e indicadores de volume calculados por atividade de serviços.

Para a atividade de alimentação utiliza-se a variação de pessoal ocupado total da PNAD, por UF, como indicador de volume. Para a atividade de alojamento utilizam-se os passageiros desembarcados menos os em trânsito como índice de volume. Não houve grandes modificações de procedimentos nesta atividade, com exceção da introdução da PAS.

3.4 – Atividades imobiliárias e aluguéis

Nesta seção incluem-se as atividades imobiliárias que se dedicam à compra, venda e incorporação e administração. Compreende também os serviços de aluguéis de veículos, máquinas, equipamento e objetos de uso pessoal.

Nas Contas Nacionais, o aluguel efetivo (residencial e comercial) e o aluguel imputado, foram construídos de forma ascendente, isto é, estima-se as Unidades da Federação, totalizando o Brasil pela soma das 27 UFs.

O setor de aluguéis de imóveis nas Contas Nacionais inclui os aluguéis recebidos por particulares pela cessão de seus imóveis, sob o regime de aluguel, para terceiros e, também, o valor do aluguel imputado aos residentes em moradia própria.

Para as atividades imobiliárias constituídos por empresas foi utilizado a PAS e para os trabalhadores por conta própria a PNAD.

3.5 – Serviços prestados às empresas

A atividade de serviços prestados às empresas foi uma das atividades que mais adquiriram importância, não apenas na economia brasileira, mas também no cenário econômico mundial.

O crescimento dos custos dos serviços foi um fator de importante estímulo à terceirização, na medida em que gerou pressões sobre os custos das empresas, pressionando-as a substituírem a produção dentro da própria atividade por encomendas a terceiros. Estas circunstâncias ocorreram tanto para os serviços mais complexos, que exigem mão-de-obra qualificada, quanto para os serviços tradicionais, empregadores de mão-de-obra desqualificada (limpeza, segurança, alimentação, alojamento e serviços domésticos).

Esta atividade foi totalmente estimada pela PAS, para as empresas formais, e PNAD para os trabalhadores por conta própria. A incorporação da PAS trouxe para a atividade de prestação de serviços às empresas uma grande contribuição para se medir anualmente sua importância na economia brasileira. Na série 1985 esta atividade estava classificada junto com o setor de aluguéis e nesta nova série, estará sendo estimada separadamente, em virtude do nível de importância.

Para o desdobramento do valor, como nas outras atividades, utiliza-se os indicadores de volume e o preço implícito. O índice de volume utilizado foi o crescimento médio das atividades produtivas, inclusive a administração pública, que é um forte demandante dos serviços ofertados pelas empresas prestadoras de serviços. Assim, o resultado foi o crescimento médio ponderado por UF medido pelo desempenho dos setores que demandam os serviços.

3.6 – Serviços prestados às famílias e associativos

A atividade foi toda estimada pela PAS, para as empresas formais e, PNAD para os trabalhadores por conta própria. Esta atividade juntamente com o comércio, tem um forte componente de informalidade.

Para as outras atividades, optou-se pelo índice de volume para o desdobramento do valor disponibilizado pela pesquisas. Utiliza-se a variação do pessoal ocupado total da PNAD.

3.7 – Serviços de informação

A atividade de Serviços de Informação abrange os serviços de Telefonia móvel e fixa, e os demais serviços de informação (atividades cinematográficas e de vídeo, atividades de rádio e de televisão, atividades de informática e serviços relacionados etc.).

Na série 1985 esta atividade não foi pesquisada quando da realização do Censo econômico de 1985, conseqüentemente, os dados referentes ao ano de referência e para os anos correntes foram coletados diretamente das empresas de telecomunicações, seja pela pesquisa de empresas públicas ou diretamente pelos balanços das empresas.

A partir dos relatórios anuais dessas empresas sobre receita e despesas operacionais, pode-se construir o Valor da Produção, Consumo Intermediário e Valor Adicionado para todos os anos. Para as empresas de telecomunicações tanto para a base 1985 quanto para a nova série 2002 a fonte foram os Balanços Contábeis compatibilizados com as informações da PAS (uma vez identificadas as empresas prestadores).

3.8 – Intermediação financeira, seguros e previdência complementar

Esta atividade apresenta poucas mudanças, o cálculo foi mantido de forma descendente, isto é, o resultado dos estados foi obtido por uma partição da conta de produção do Brasil. A diferença em relação a base 1985, foi a utilização de uma repartição para os seguros diferente da utilizada para os Serviços Financeiros Indiretamente Medidos (SIFIM).

Os indicadores de distribuição do valor do SIFIM das Contas Nacionais foram as operações bancárias ativas e passivas, fornecidas pelo documento de movimentação bancária por município do Banco Central do Brasil. Para a participação dos seguros serão usadas as informações fornecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) que controla todo o setor, e o indicador foi o prêmio pago por UF.

3.9 – Administração, saúde e educação públicas

Esta atividade foi calculada da mesma forma que na série anterior, através da pesquisa de regionalização das transações do setor público. As principais fontes foram o Sistema Integrado de Administração Financeira do governo Federal (SIAFI) e o de Finanças do Brasil (FINBRA), ambos do Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional e da pesquisa Finanças Públicas do Brasil do IBGE.

A atividade administração pública passou por algumas mudanças de procedimentos metodológicos para atender de forma mais precisa às recomendações internacionais, entre as quais se destaca a apuração do consumo de capital fixo. Como o valor da produção desta atividade é calculado a partir dos custos de produção, conforme as recomendações internacionais, era necessário incluir este custo na sua base de cálculo para que os fluxos (valor da produção, valor adicionado, etc.) fossem calculados em termos brutos. O acréscimo do consumo de capital fixo, que representa cerca de 12% do valor adicionado bruto da atividade, foi um dos principais fatores que contribuíram para elevação do valor nominal da administração pública em relação à série anterior.

A atividade Administração Pública passou a ter um índice de volume próprio para cada elemento de sua conta de produção (remunerações, gastos de custeio e consumo de capital fixo).

Neste novo contexto, o índice de volume que foi utilizado para as remunerações (VA) foi a variação do número de funcionários; os gastos de custeio (CI), o índice de volume foi estimado implicitamente, gerado pela deflação de seus custos; o consumo de capital fixo foi deflacionado pelo índice de preço médio do consumo de capital das Contas Nacionais. Com estas mudanças, a atividade APU experimenta um salto qualitativo no indicador de crescimento em relação a série 1985, onde o crescimento da atividade era o crescimento populacional.

O índice de volume utilizado para saúde pública levou em consideração a variação de dias de internação do ministério da saúde e para educação pública a quantidade de matrículas por série do ministério da educação.

3.10 – Saúde e educação mercantil

Para atividade de saúde e educação mercantil (saúde e educação pública estão dentro da atividade APU), como na série 1985, usar-se-á o método descendente de cálculo dos agregados, isto é, faz a distribuição da conta de produção da atividade das Contas Nacionais para cada UF.

A grande mudança nestas estimativas em relação à série 1985 quando adotou-se a participação da renda do trabalho obtida na PNAD no total da renda do Brasil. No novo ano de referência, introduziu-se os dados da DIPJs para construção da participação de cada UF. O método consiste em fazer uma leitura da receita das empresas de saúde e educação mercantil, criando-se uma chave de repartição para o VP por UF e repetir a relação consumo intermediário/valor da produção (CI/VP) da função de produção das Contas Nacionais.

Para o ano de 2004, usou-se a participação de 2003, já que as DIPJs não estavam disponíveis para uso.

O índice de volume utilizado foi a variação de pessoal ocupado total nas duas atividade fornecido pela PNAD.

3.11 – Serviços domésticos

Não houve nenhuma mudança no cálculo desta atividade em relação a série 1985. A atividade foi construída com base no total de pessoas ocupadas nos serviços domésticos, baseado nos dados da PNAD. Os índices para a evolução serão mantidos. Para volume, variação do pessoal ocupado total da PNAD.

DEFINIÇÃO DO ANO DE REFERÊNCIA

Em geral, a escolha do ano de referência de uma série de Contas Nacionais/Regionais deve recair sobre um ano para o qual se disponha de dados suficientemente detalhados e abrangentes para a construção, a partir de uma metodologia homogênea, da Conta de Produção.

A escolha do ano de referência recaiu sobre o ano de 2002, tendo em vista que foi aquele em que a PNAD recebe uma nova classificação (CNAE domiciliar), ficando compatível com os anos subseqüentes. Nesse mesmo ano, a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) passa a ser uma pesquisa com o perfil semelhante ao das outras pesquisas anuais, isto é, com estrato amostral e estrato certo, deixando de ser um painel. Dispõe-se também da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) com resultados para o ano de 2002/03 para balizar as estimativas de produção das atividades; e, finalmente, em 2003, a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) já está compatibilizada com a Pesquisa Industrial Anual (PIA) em suas ponderações, sendo este indicador de suma importância na mensuração do crescimento da indústria em volume de grande parte dos estados brasileiros.

Para os anos posteriores a 2002, já não se enfrentam problemas conceituais para a ausência de informações, como anteriormente para os anos intercensitários. A reformulação do modelo estatístico e incorporação por parte do IBGE de novas estatísticas suprem em parte a falta de indicadores regionais para algumas atividades (transporte, comércio, construção e serviços), já que estas pesquisas fornecem anualmente os valores correntes dos principais agregados. No entanto, para a partição entre a variação de volume e preço, ainda encontram-se algumas dificuldades de ausência de dados mais precisos.

ANÁLISE GERAL

O Estado de Alagoas apresentou, em 2008, um Produto Interno Bruto de R\$ 19.477 milhões, sendo R\$ 17.443 milhões proveniente do Valor Adicionado e R\$ 2.034 milhões dos Impostos. O crescimento real foi na ordem de 4,1%, menor do que o nacional e o da Região Nordeste sendo esses correspondentes a 5,2% e 5,5% respectivamente. Em relação aos Estados do Nordeste, Alagoas somente superou o Estado de Sergipe (2,6%). Os demais Estados nordestinos tiveram as seguintes evoluções: Piauí (8,8%), Ceará (8,5%), Paraíba (5,5%), Pernambuco (5,3%), Bahia (5,2%), Rio Grande do Norte (4,5%) e Maranhão (4,4%). Alagoas respondeu em 2008 por 0,6% do PIB do país.

Seu PIB *per capita*, segundo cálculos de 2008, situava-se em torno de R\$ 6 227,00, superando 2007, que foi de R\$ 5.858,00.

Com base na composição do Valor Adicionado, por setores, as maiores taxas de crescimento em 2008, por atividade econômica, foram: Alojamento e Alimentação (31,7%), Agricultura (29,1%), Pecuária (18,4%), Administração Pública (17,5%) e Atividades Imobiliárias e Aluguéis (15,3%). Os piores resultados setoriais foram: Serviços de Informação (-13,4%), Transportes (-7,6%) e Extrativa Mineral (-5,8%).

ANÁLISE SETORIAL

Agropecuária

A agropecuária responsável por 7,9% do valor adicionado do Estado (R\$ 1.376 milhões) apresentou em 2008, taxa de variação positiva de (26,2%), em função principalmente dos resultados positivos do setor agrícola e da pecuária que apresentaram acréscimo na taxa de variação em seu valor adicionado de (29,1%) e (18,4%), respectivamente. Entre os principais produtos agrícolas com crescimento no índice de volume destacaram-se os cereais (51,8%), cana-de-açúcar (18,2%) e cítricos (16,4%) e na pecuária, a pesca cresceu (16,7%).

Indústria

Com relação à taxa de crescimento industrial, Alagoas encerrou 2008 com expansão de 3,2%, sobre igual período do ano anterior. Representa 23,2% do valor adicionado estadual (R\$ 4.041 milhões).

A indústria extrativa, com participação de 7,8% no valor adicionado da indústria, apresentou resultado negativo na taxa de variação de (-5,8%), por conta da queda da produção de petróleo (-25,6%), dicloroetano (-16,8%) e gás natural (-10,2%). A indústria de transformação, cuja participação foi de 47,7%, cresceu 3,2%, fruto do desempenho positivo de alguns ramos industriais investigados, com destaque para as seguintes atividades: álcool (169,9%), jornais, revistas e discos (115,2%), artigos de borrachas e plásticos (97,0%), defensivos agrícolas (43,5%). Entre os setores que apresentaram queda destacam-se: metalurgia de metais não-ferrosos (-77,6%), produtos da madeira (-66,6%), celulose e produtos de papel (-52,5%) e produtos de metal-exclusive máquinas e equipamentos (-49,3%).

Os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Energia elétrica, água e gás) com participação de 21,7% e a Construção com 22,8% no valor adicionado, que integram o setor industrial, registraram crescimento de (1,5%) e (8,5%), respectivamente

Em relação à participação relativa no valor adicionado, a indústria perdeu peso em 2008. Este setor recuou de 24,5% para 23,2%. O destaque negativo foi à atividade Extrativa Mineral, cuja participação passou de 8,6% para 7,8%, por conta principalmente da queda na produção de petróleo, dicloroetano e gás natural

Serviços

O setor de Serviços, responsável por 68,9% do valor adicionado apresentou crescimento de 9,7% na comparação com o ano anterior (R\$ 12.026 milhões). Os maiores destaques foram para Alojamento e alimentação (31,7%), Administração pública (17,5%), Atividades imobiliárias e aluguéis (15,3%), Serviços prestados as famílias (11,8%), Serviços prestados as empresas (7,9%), Saúde e educação mercantil (7,3%), Comércio e serviços de manutenção (5,6%) e Serviços domésticos (3,9%). Já Serviços de informação teve uma mudança metodológica com isso decresceu (-13,4%). Transportes, com a paralisação do modal ferroviário de carga, recuou em (-7,6%) e a Intermediação financeira em (-0,1%).

Composição do PIB de Alagoas - 2007-08

ANO	Moeda	Valor Adicionado Bruto (a preço básico corrente) (+)	Impostos Sobre Produtos, líquidos de subsídios (+)	Produto Interno Bruto (a preço de mercado corrente) (=)	Varição Real Anual do PIB 2007/2006 e 2008/2007 (%)
2007	R\$ milhão	15.968	1.825	17.793	4,1
2008	R\$ milhão	17.443	2.034	19.477	4,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais/SEPLANDE/SINC

População Residente Estimada e PIB Per Capita de Alagoas - 2007-08

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE	PIB PER CAPITA (R\$ 1,00)	VARIAÇÃO ANUAL NOMINAL DO PIB PER CAPITA (%)
2007	3.037.231	5.858	13,5
2008	3.127.557	6.227	6,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais/SEPLANDE/SINC

Composição do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente e variação real, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2008

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	VALOR (1 000 000 R\$)			
	Valor adicionado bruto a preço básico corrente (+)	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios (+)	Produto interno bruto a preço de mercado corrente (=)	Variação real anual 2008/2007 (%)
BRASIL	2 580 110	451 754	3 031 864	5,2
NORTE	135 603	19 101	154 704	4,8
Rondônia	15 917	1 971	17 888	3,2
Acre	6 193	537	6 730	6,9
Amazonas	37 998	8 825	46 823	4,5
Roraima	4 503	387	4 889	7,6
Pará	52 777	5 741	58 519	4,9
Amapá	6 318	446	6 765	2,9
Tocantins	11 897	1 194	13 091	6,1
NORDESTE	348 337	49 166	397 503	5,5
Maranhão	34 620	3 867	38 487	4,4
Piauí	14 957	1 804	16 761	8,8
Ceará	52 733	7 365	60 099	8,5
Rio Grande do Norte	22 405	3 076	25 481	4,5
Paraíba	23 091	2 606	25 697	5,5
Pernambuco	60 110	10 331	70 441	5,3
Alagoas	17 443	2 034	19 477	4,1
Sergipe	17 592	1 959	19 552	2,6
Bahia	105 386	16 123	121 508	5,2
SUDESTE	1 417 563	281 027	1 698 590	5,5
Minas Gerais	245 325	37 197	282 522	5,2
Espírito Santo	55 508	14 362	69 870	7,8
Rio de Janeiro	290 150	53 032	343 182	4,1
São Paulo	826 580	176 436	1 003 016	5,9
SUL	433 886	68 166	502 052	3,4
Paraná	154 638	24 632	179 270	4,3
Santa Catarina	106 991	16 292	123 283	3,0
Rio Grande do Sul	172 257	27 242	199 499	2,7
CENTRO-OESTE	244 721	34 294	279 015	6,0
Mato Grosso do Sul	27 890	5 255	33 145	6,4
Mato Grosso	47 228	5 795	53 023	7,9
Goiás	65 854	9 421	75 275	8,0
Distrito Federal	103 749	13 823	117 572	3,8

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Varição real anual do Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2003/2008

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Varição real anual (%)				
	2004/2003	2005/2004	2006/2005	2007/2006	2008/2007
BRASIL	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2
NORTE	8,6	6,6	4,8	3,8	4,8
Rondônia	9,6	4,5	3,6	5,2	3,2
Acre	7,6	7,3	5,4	6,5	6,9
Amazonas	10,5	10,2	2,6	4,5	4,5
Roraima	5,5	4,4	6,3	2,6	7,6
Pará	7,2	4,2	7,1	2,2	4,9
Amapá	8,0	6,3	5,8	5,1	2,9
Tocantins	8,1	7,3	3,1	4,7	6,1
NORDESTE	6,3	4,6	4,8	4,8	5,5
Maranhão	9,0	7,3	5,0	9,1	4,4
Piauí	6,2	4,5	6,1	2,0	8,8
Ceará	4,9	3,0	8,0	3,3	8,5
Rio Grande do Norte	3,5	4,3	4,8	2,6	4,5
Paraíba	2,7	4,0	6,7	2,2	5,5
Pernambuco	4,1	4,2	5,1	5,4	5,3
Alagoas	4,4	4,9	4,4	4,1	4,1
Sergipe	6,6	5,5	4,1	6,2	2,6
Bahia	9,2	4,7	2,7	5,3	5,2
SUDESTE	5,4	3,5	4,1	6,4	5,5
Minas Gerais	5,9	4,0	3,9	5,6	5,2
Espírito Santo	5,8	4,3	7,7	7,8	7,8
Rio de Janeiro	3,3	2,9	4,0	3,6	4,1
São Paulo	5,9	3,6	4,0	7,4	5,9
SUL	4,9	-0,8	3,3	6,5	3,4
Paraná	4,9	-0,1	2,0	6,7	4,3
Santa Catarina	7,5	1,6	2,6	6,0	3,0
Rio Grande do Sul	3,4	-2,8	4,7	6,5	2,7
CENTRO-OESTE	6,3	4,6	2,8	6,8	6,0
Mato Grosso do Sul	-1,2	3,4	5,2	7,0	6,4
Mato Grosso	16,2	5,0	-4,6	11,3	7,9
Goiás	5,1	4,2	3,1	5,5	8,0
Distrito Federal	5,0	5,1	5,4	5,9	3,8

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Nota: Os valores de 2005-06 foram ajustados pelo IBGE

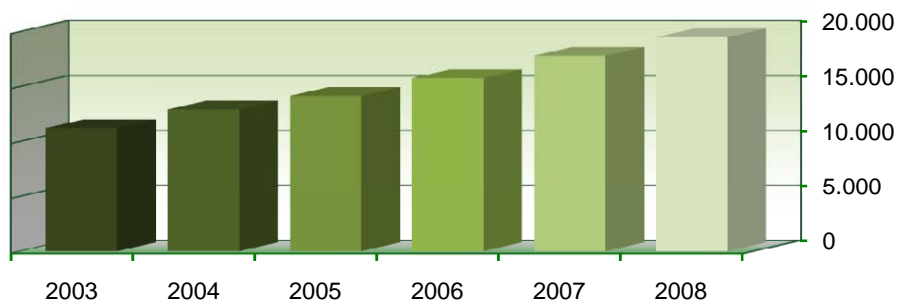
Composição do Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente de Alagoas - 2003-08

Ano	VALOR (1 000 000 R\$)				
	Valor adicionado a preço básico corrente (+)	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios (+)	PIB a preço de mercado corrente (=)	Variação nominal anual (%)	Variação real anual (%)
2003	10.141	1.068	11.210	14,2	-0,7
2004	11.653	1.238	12.891	15,0	4,4
2005	12.751	1.388	14.139	9,7	4,9
2006	14.112	1.636	15.748	11,4	4,4
2007	15.968	1.825	17.793	13,0	4,1
2008	17.443	2.034	19.477	9,5	4,1

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Nota: Os valores de 2005-06 foram ajustados pelo IBGE

PIB a preço de mercado corrente (1 000 000 R\$) de Alagoas - 2003-08



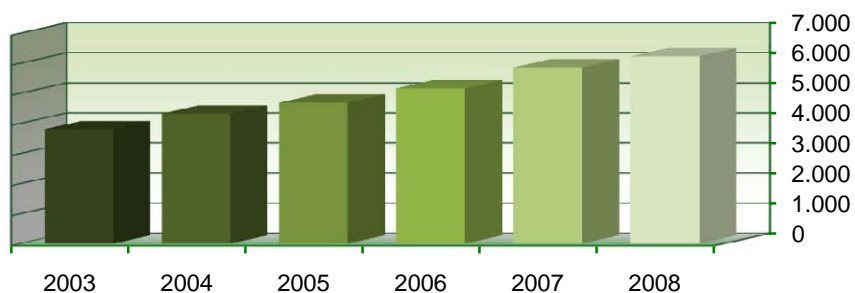
Produto Interno Bruto Per Capita de Alagoas - 2003-08

Ano	PIB Per Capita (1,00 R\$)	Variação nominal anual (%)
2003	3.805	-
2004	4.324	13,7
2005	4.688	8,4
2006	5.162	10,1
2007	5.858	13,5
2008	6.227	6,3

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Nota: Os valores de 2005-06 foram ajustados pelo IBGE

Produto Interno Bruto Per Capita de Alagoas - 2003-08



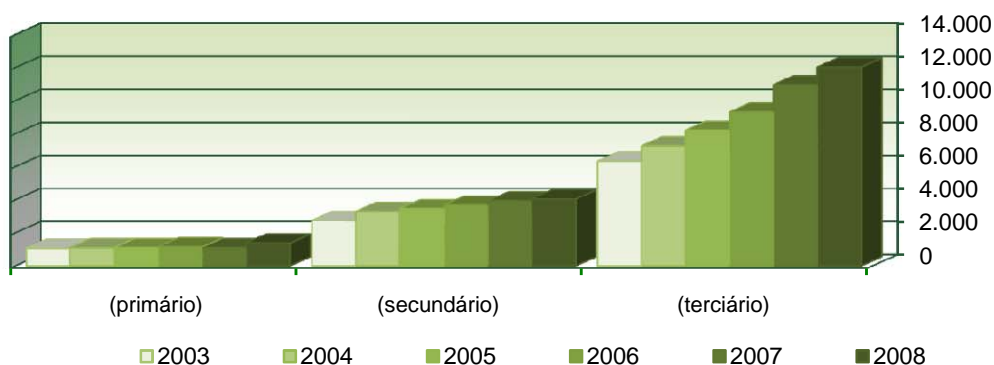
Valor Adicionado, a preço básico, por setor de atividade de Alagoas - 2003-08

Ano	VALOR ADICIONADO (1 000 000 R\$)			
	Total	Agropecuária (primário)	Indústria (secundário)	Serviços (terciário)
2003	10.141	1.062	2.746	6.333
2004	11.653	1.098	3.292	7.263
2005	12.751	1.092	3.455	8.204
2006	14.112	1.142	3.666	9.304
2007	15.968	1.090	3.915	10.963
2008	17.443	1.376	4.041	12.026

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Nota: Os valores de 2005-06 foram ajustados pelo IBGE

Valor Adicionado a preço básico (1 000 000 R\$), por setor de atividade, de Alagoas - 2003-08



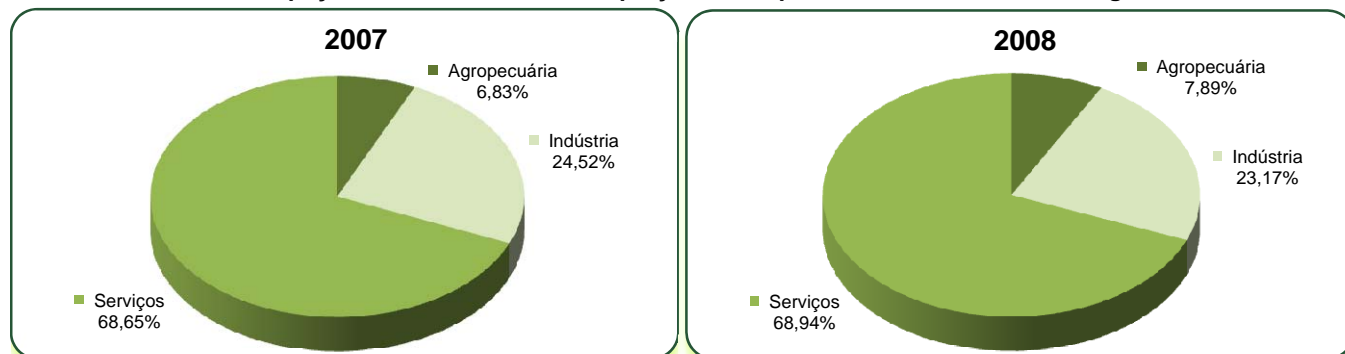
Participação (%) no Valor Adicionado, a preço básico, por setor de atividade de Alagoas - 2003-08

Ano	PARTICIPAÇÃO (%) NO VALOR ADICIONADO		
	Agropecuária (primário)	Indústria (secundário)	Serviços (terciário)
2003	10,47	27,08	62,45
2004	9,42	28,25	62,33
2005	8,56	27,10	64,34
2006	8,09	25,98	65,93
2007	6,83	24,52	68,65
2008	7,89	23,17	68,94

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Nota: Os valores de 2005-06 foram ajustados pelo IBGE

Participação no Valor Adicionado a preço básico, por setor de atividade, de Alagoas



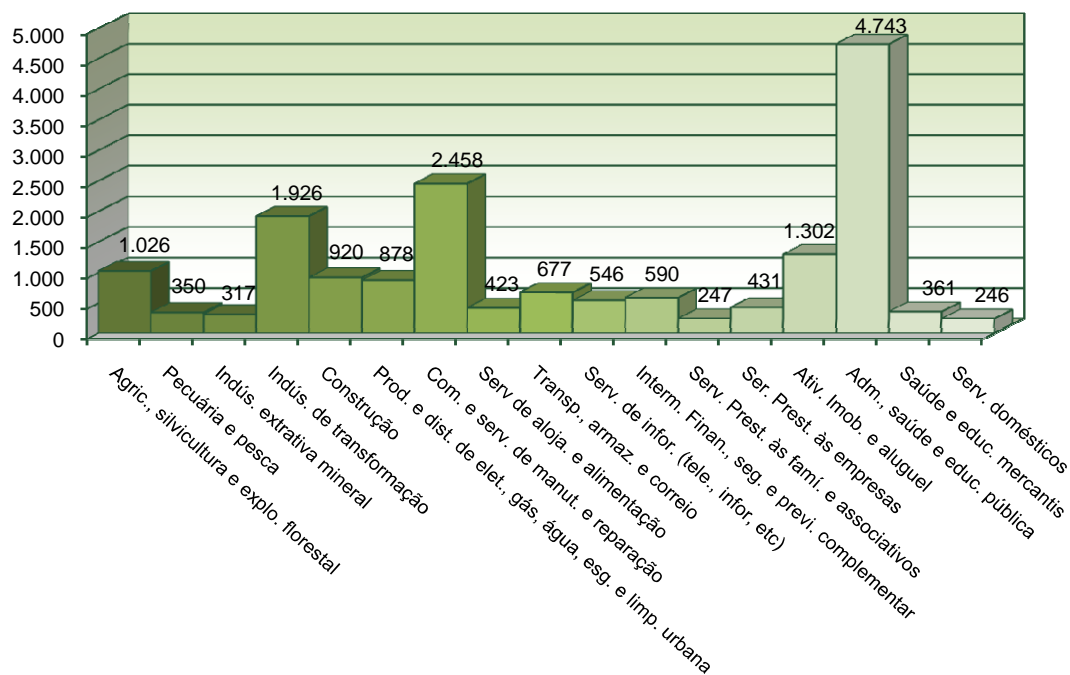
Valor Adicionado, a preço básico, por atividade econômica de Alagoas - 2003-08

Atividade Econômica	VALOR ADICIONADO (1 000 000 R\$)					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
TOTAL	10.141	11.653	12.751	14.112	15.968	17.443
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	814	855	831	885	795	1.026
Pecuária e pesca	248	243	260	257	296	350
Indústria extrativa mineral	87	108	160	237	336	317
Indústria de transformação	1.614	1.807	1.646	1.634	1.866	1.926
Construção	479	623	787	707	848	920
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	567	755	862	1.088	866	878
Comércio e serviços de manutenção e reparação	1.096	1.472	1.475	1.700	2.328	2.458
Serviços de alojamento e alimentação	114	213	191	290	321	423
Transportes, armazenagem e correio	405	370	570	633	733	677
Serviços de informação (telecomunicações, informática, etc)	311	439	608	627	631	546
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	356	357	442	487	591	590
Serviços prestados às famílias e associativos	141	148	180	179	221	247
Serviços prestados às empresas	227	234	253	365	400	431
Atividades imobiliárias e aluguel	877	934	998	1.035	1.129	1.302
Administração, saúde e educação pública	2.411	2.658	3.035	3.496	4.035	4.743
Saúde e educação mercantis	263	288	286	304	337	361
Serviços domésticos	132	150	167	188	237	246

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Nota: Os valores de 2005-06 foram ajustados pelo IBGE

Valor Adicionado a preço básico (1 000 000 R\$), por atividade econômica, de Alagoas - 2008

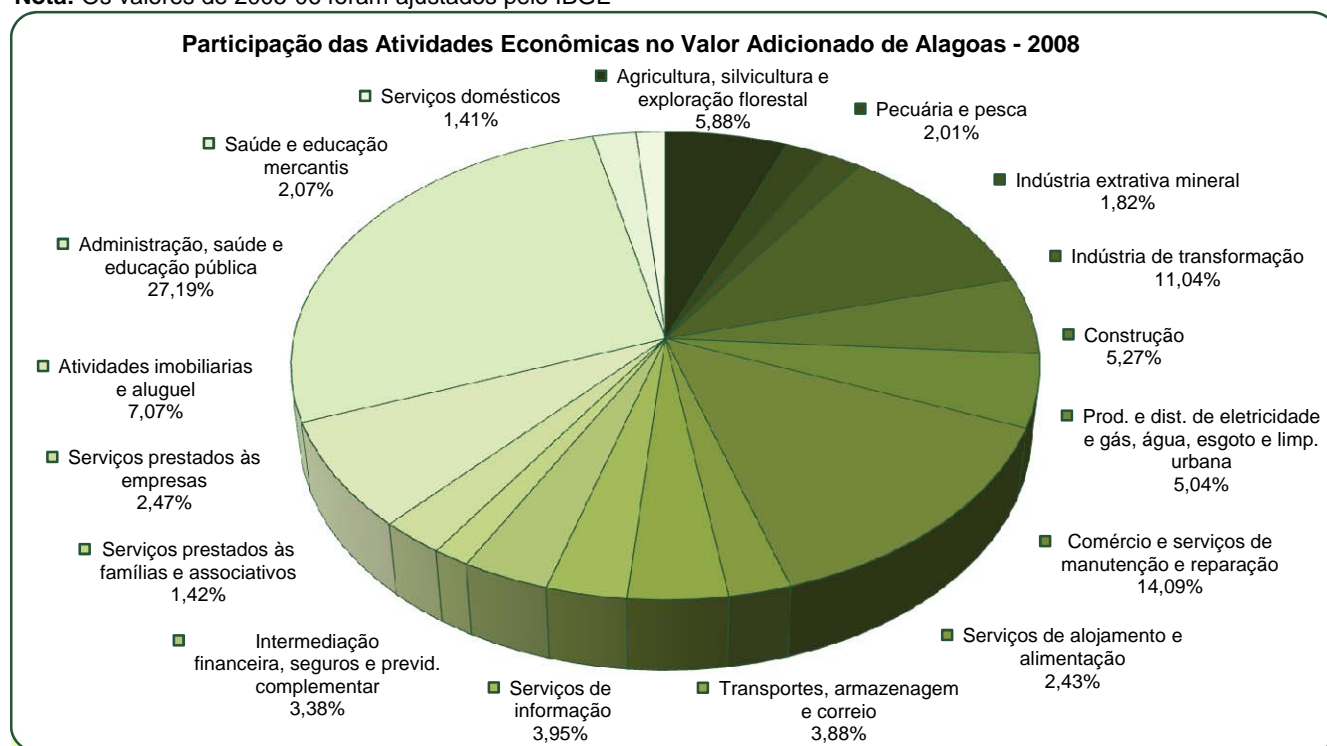


Participação das Atividades Econômicas no Valor Adicionado de Alagoas - 2003-08

Atividade Econômica	VALOR ADICIONADO (1 000 000 R\$)					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	8,03	7,34	6,52	6,27	4,98	5,88
Pecuária e pesca	2,44	2,08	2,04	1,82	1,85	2,01
Indústria extrativa mineral	0,86	0,92	1,26	1,68	2,11	1,82
Indústria de transformação	15,91	15,51	12,91	11,58	11,68	11,04
Construção	4,72	5,34	6,17	5,01	5,31	5,27
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	5,59	6,48	6,76	7,71	5,42	5,04
Comércio e serviços de manutenção e reparação	10,81	12,63	11,56	12,05	14,58	14,09
Serviços de alojamento e alimentação	1,13	1,83	1,50	2,05	2,01	2,43
Transportes, armazenagem e correio	4,00	3,18	4,47	4,49	4,59	3,88
Serviços de informação (telecomunicações, informática, etc)	3,07	3,76	4,77	4,44	3,95	3,13
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	3,51	3,06	3,47	3,45	3,70	3,38
Serviços prestados às famílias e associativos	1,39	1,27	1,41	1,27	1,39	1,42
Serviços prestados às empresas	2,24	2,01	1,98	2,59	2,50	2,47
Atividades imobiliárias e aluguel	8,65	8,02	7,83	7,33	7,07	7,46
Administração, saúde e educação pública	23,77	22,81	23,80	24,77	25,27	27,19
Saúde e educação mercantis	2,59	2,47	2,24	2,16	2,11	2,07
Serviços domésticos	1,30	1,29	1,31	1,33	1,48	1,41

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Nota: Os valores de 2005-06 foram ajustados pelo IBGE



Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, Valor Adicionado por setor de atividade e Impostos, do Brasil e Região Nordeste - 2006-08

ANOS	VALOR (1 000 000 R\$)										
	Brasil	Região Nordeste									
		Total	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
PIB											
2006	2.369.484	311.104	28.620	12.788	46.303	20.555	19.951	55.493	15.748	15.124	96.521
2007	2.661.345	347.797	31.606	14.136	50.331	22.926	22.202	62.256	17.793	16.896	109.652
2008	3.031.864	397.503	38.487	16.761	60.099	25.481	25.697	70.441	19.477	19.552	121.508
Valor Adicionado Total											
2006	2.034.421	271.351	25.705	11.385	40.590	18.040	17.875	47.651	14.112	13.490	82.503
2007	2.287.858	304.876	28.321	12.603	44.169	20.238	19.935	53.313	15.968	15.168	95.161
2008	2.580.110	348.337	34.620	14.957	52.733	22.405	23.091	60.110	17.443	17.592	105.386
VA da Agropecuária (primário)											
2006	111.566	21.506	4.277	1.082	2.947	1.147	1.286	2.474	1.142	658	6.491
2007	127.267	23.742	5.271	1.035	2.736	1.027	1.118	2.543	1.090	700	8.221
2008	152.273	29.975	7.682	1.631	3.721	1.021	1.409	3.234	1.376	909	8.991
VA da Indústria (secundário)											
2006	584.952	68.523	5.032	1.929	9.547	4.596	3.931	10.305	3.666	4.233	25.285
2007	636.280	73.986	5.059	2.134	10.409	4.869	4.464	11.702	3.915	4.640	26.793
2008	719.987	83.836	5.838	2.421	12.449	5.690	4.952	13.106	4.041	5.807	29.530
VA dos Serviços (terciário)											
2006	1.337.903	181.323	16.396	8.374	28.096	12.297	12.658	34.872	9.304	8.599	50.727
2007	1.524.311	207.148	17.991	9.433	31.025	14.342	14.353	39.068	10.963	9.828	60.147
2008	1.707.850	234.526	21.099	10.905	36.562	15.694	16.729	43.770	12.026	10.876	66.864
Impostos											
2006	335.063	39.753	2.915	1.403	5.713	2.515	2.076	7.843	1.636	1.634	14.018
2007	373.487	42.921	3.285	1.533	6.162	2.687	2.267	8.942	1.825	1.727	14.491
2008	451.754	49.166	3.867	1.804	7.365	3.076	2.606	10.331	2.034	1.959	16.123

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Nota: Os valores de 2006 foram ajustados pelo IBGE

Participação (%) do Valor Adicionado e dos Impostos no PIB do Brasil e da Região Nordeste - 2006-08

ANOS	Brasil	REGIÃO NORDESTE									
		Total	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
Participação do VA Total no PIB											
2006	85,86	87,22	89,82	89,03	87,66	87,77	89,59	85,87	89,61	89,19	85,48
2007	85,97	87,66	89,61	89,15	87,76	88,28	89,79	85,64	89,74	89,78	86,78
2008	85,10	87,63	89,95	89,24	87,74	87,93	89,86	85,33	89,56	89,98	86,73
Participação da Agropecuária (primário) no VA Total											
2006	5,48	7,93	16,64	9,51	7,26	6,36	7,20	5,19	8,09	4,88	7,87
2007	5,56	7,79	18,61	8,22	6,19	5,07	5,61	4,77	6,83	4,62	8,64
2008	5,56	7,79	22,19	10,90	7,06	4,56	6,10	5,38	7,89	5,17	8,53
Participação da Indústria (secundário) no VA Total											
2006	28,75	25,25	19,57	16,94	23,52	25,47	21,99	21,63	25,98	31,38	30,65
2007	27,81	24,27	17,86	16,93	23,57	24,06	22,39	21,95	24,52	30,59	28,16
2008	27,81	24,27	16,86	16,19	23,61	25,40	21,45	21,80	23,17	33,01	28,02
Participação dos Serviços (terciário) no VA Total											
2006	65,76	66,82	63,79	73,55	69,22	68,17	70,81	73,18	65,93	63,74	61,48
2007	66,63	67,95	63,53	74,85	70,24	70,87	72,00	73,28	68,65	64,79	63,21
2008	66,63	67,95	60,95	72,91	69,33	70,05	72,45	72,82	68,94	61,82	63,45
Participação dos Impostos no PIB											
2006	14,14	12,78	10,18	10,97	12,34	12,23	10,41	14,13	10,39	10,81	14,52
2007	14,03	12,34	10,39	10,85	12,24	11,72	10,21	14,36	10,26	10,22	13,22
2008	14,03	12,34	10,05	10,76	12,26	12,07	10,14	14,67	10,44	10,02	13,27

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Nota: Os valores de 2006 foram ajustados pelo IBGE

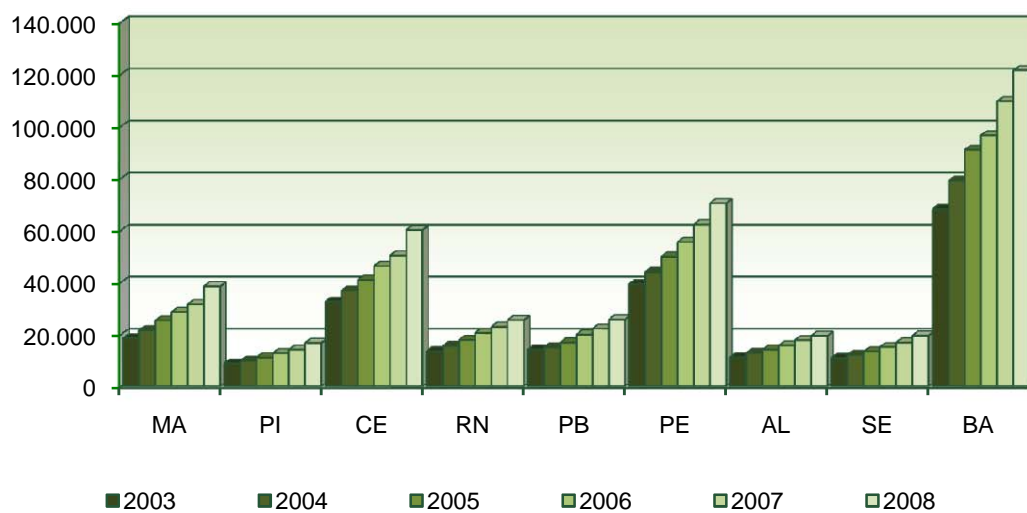
Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente do Brasil e da Região Nordeste - 2003-08

Brasil e Região Nordeste	PRODUTO INTERNO BRUTO (1 000 000 R\$)					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	1.699.948	1.941.498	2.147.239	2.369.484	2.661.345	3.031.864
Região Nordeste	217.037	247.043	280.545	311.104	347.797	397.503
Maranhão	18.483	21.605	25.335	28.620	31.606	38.487
Piauí	8.777	9.817	11.129	12.788	14.136	16.761
Ceará	32.565	36.866	40.935	46.303	50.331	60.099
Rio Grande do Norte	13.515	15.580	17.870	20.555	22.926	25.481
Paraíba	14.158	15.022	16.869	19.951	22.202	25.697
Pernambuco	39.308	44.011	49.922	55.493	62.256	70.441
Alagoas	11.210	12.891	14.139	15.748	17.793	19.477
Sergipe	10.874	12.167	13.427	15.124	16.896	19.552
Bahia	68.147	79.083	90.919	96.521	109.652	121.508

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Nota: Os valores de 2005-06 foram ajustados pelo IBGE

PIB a preço de mercado corrente, por Estados da Região Nordeste - 2003-08



Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e ranking das Unidades da Federação - 2003-05

Brasil e Unidades da Federação	PRODUTO INTERNO BRUTO								
	2003			2004			2005		
	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	Ran-king	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	Ran-king	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	Ran-king
BRASIL	1.699.948	100,00	-	1.941.498	100,00	-	2.147.239	100,00	-
São Paulo	579.847	34,11	1	643.487	33,14	1	726.984	33,86	1
Rio de Janeiro	188.015	11,06	2	222.945	11,48	2	247.018	11,50	2
Minas Gerais	148.823	8,75	3	177.325	9,13	3	192.639	8,97	3
Rio Grande do Sul	124.551	7,33	4	137.831	7,10	4	144.218	6,72	4
Paraná	109.459	6,44	5	122.434	6,31	5	126.677	5,90	5
Bahia	68.147	4,01	6	79.083	4,07	6	90.919	4,23	6
Santa Catarina	66.849	3,93	7	77.393	3,99	7	85.316	3,97	7
Distrito Federal	63.105	3,71	8	70.724	3,64	8	80.527	3,75	8
Goiás	42.836	2,52	9	48.021	2,47	9	50.534	2,35	9
Pernambuco	39.308	2,31	10	44.011	2,27	10	49.922	2,32	10
Espírito Santo	31.064	1,83	12	40.217	2,07	11	47.223	2,20	11
Ceará	32.565	1,92	11	36.866	1,90	13	40.935	1,91	12
Pará	29.755	1,75	13	35.563	1,83	14	39.121	1,82	13
Mato Grosso	27.889	1,64	14	36.961	1,90	12	37.466	1,74	14
Amazonas	24.977	1,47	15	30.314	1,56	15	33.352	1,55	15
Maranhão	18.483	1,09	17	21.605	1,11	16	25.335	1,18	16
Mato Grosso do Sul	19.274	1,13	16	21.105	1,09	17	21.651	1,01	17
Rio Grande do Norte	13.515	0,80	19	15.580	0,80	18	17.870	0,83	18
Paraíba	14.158	0,83	18	15.022	0,77	19	16.869	0,79	19
Alagoas	11.210	0,66	20	12.891	0,66	20	14.139	0,66	20
Sergipe	10.874	0,64	21	12.167	0,63	21	13.427	0,63	21
Rondônia	9.751	0,57	22	11.260	0,58	22	12.884	0,60	22
Piauí	8.777	0,52	23	9.817	0,51	23	11.129	0,52	23
Tocantins	7.241	0,43	24	8.278	0,43	24	9.061	0,42	24
Acre	3.305	0,19	26	3.940	0,20	25	4.483	0,21	25
Amapá	3.434	0,20	25	3.846	0,20	26	4.361	0,20	26
Roraima	2.737	0,16	27	2.811	0,14	27	3.179	0,15	27

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Nota: Os valores de 2005 foram ajustados pelo IBGE

Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e ranking das Unidades da Federação - 2006-08

Brasil e Unidades da Federação	PRODUTO INTERNO BRUTO								
	2006			2007			2008		
	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	Ran-king	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	Ran-king	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	Ran-king
BRASIL	2.369.484	100,00	-	2.661.345	99,99	-	3.031.864	100,00	-
São Paulo	802.655	33,87	1	902.784	33,92	1	1.003.016	33,08	1
Rio de Janeiro	275.327	11,62	2	296.768	11,15	2	343.182	11,32	2
Minas Gerais	214.754	9,06	3	241.293	9,07	3	282.522	9,32	3
Rio Grande do Sul	156.827	6,62	4	176.615	6,64	4	199.499	6,58	4
Paraná	136.615	5,77	5	161.582	6,07	5	179.270	5,91	5
Santa Catarina	93.147	3,93	7	104.623	3,93	7	123.283	4,07	6
Bahia	96.521	4,07	6	109.652	4,12	6	121.508	4,01	7
Distrito Federal	89.629	3,78	8	99.946	3,76	8	117.572	3,88	8
Goiás	57.057	2,41	9	65.210	2,45	9	75.275	2,48	9
Pernambuco	55.493	2,34	10	62.256	2,34	10	70.441	2,32	10
Espírito Santo	52.778	2,23	11	60.340	2,27	11	69.870	2,30	11
Ceará	46.303	1,95	12	50.331	1,89	12	60.099	1,98	12
Pará	44.370	1,87	13	49.507	1,86	13	58.519	1,93	13
Mato Grosso	39.157	1,65	14	42.687	1,60	14	53.023	1,75	14
Amazonas	35.258	1,49	15	42.023	1,58	15	46.823	1,54	15
Maranhão	28.620	1,21	16	31.606	1,19	16	38.487	1,27	16
Mato Grosso do Sul	24.341	1,03	17	28.121	1,06	17	33.145	1,09	17
Paraíba	19.951	0,84	19	22.202	0,83	19	25.697	0,85	18
Rio Grande do Norte	20.555	0,87	18	22.926	0,86	18	25.481	0,84	19
Sergipe	15.124	0,64	21	16.896	0,63	21	19.552	0,64	20
Alagoas	15.748	0,66	20	17.793	0,67	20	19.477	0,64	21
Rondônia	13.107	0,55	22	15.003	0,56	22	17.888	0,59	22
Piauí	12.788	0,54	23	14.136	0,53	23	16.761	0,55	23
Tocantins	9.605	0,41	24	11.094	0,41	24	13.091	0,43	24
Amapá	4.835	0,20	26	6.022	0,23	25	6.765	0,22	25
Acre	5.260	0,22	25	5.761	0,22	26	6.730	0,22	26
Roraima	3.660	0,15	27	4.169	0,16	27	4.889	0,16	27

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Nota: Os valores de 2006 foram ajustados pelo IBGE

Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e ranking, por Estados da Região Nordeste - 2003-05

Região Nordeste	PRODUTO INTERNO BRUTO								
	2003			2004			2005		
	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	Ran-king	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	Ran-king	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	Ran-king
Nordeste	217.037	100,00	-	247.043	100,00	-	280.545	100,00	-
Bahia	68.147	31,40	1	79.083	32,01	1	90.919	32,41	1
Pernambuco	39.308	18,11	2	44.011	17,82	2	49.922	17,79	2
Ceará	32.565	15,00	3	36.866	14,92	3	40.935	14,59	3
Maranhão	18.483	8,52	4	21.605	8,75	4	25.335	9,03	4
Rio Grande do Norte	13.515	6,23	6	15.580	6,31	5	17.870	6,37	5
Paraíba	14.158	6,52	5	15.022	6,08	6	16.869	6,01	6
Alagoas	11.210	5,16	7	12.891	5,22	7	14.139	5,04	7
Sergipe	10.874	5,01	8	12.167	4,93	8	13.427	4,79	8
Piauí	8.777	4,04	9	9.817	3,97	9	11.129	3,97	9

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo participação e ranking, por Estados da Região Nordeste - 2006-08

Região Nordeste	PRODUTO INTERNO BRUTO								
	2006			2007			2008		
	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	Ran-king	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	Ran-king	Valor (1 000 000 R\$)	Participação (%)	Ran-king
Nordeste	311.104	100,00	-	347.797	100,00	-	397.503	100,00	-
Bahia	96.521	31,03	1	109.652	31,53	1	121.508	30,57	1
Pernambuco	55.493	17,84	2	62.256	17,90	2	70.441	17,72	2
Ceará	46.303	14,88	3	50.331	14,47	3	60.099	15,12	3
Maranhão	28.620	9,20	4	31.606	9,09	4	38.487	9,68	4
Paraíba	19.951	6,41	6	22.202	6,38	6	25.697	6,46	5
Rio Grande do Norte	20.555	6,61	5	22.926	6,59	5	25.481	6,41	6
Sergipe	15.124	4,86	8	16.896	4,86	8	19.552	4,92	7
Alagoas	15.748	5,06	7	17.793	5,12	7	19.477	4,90	8
Piauí	12.788	4,11	9	14.136	4,06	9	16.761	4,22	9

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Nota: Os valores de 2006 foram ajustados pelo IBGE

Produto Interno Bruto Per Capita, segundo ranking das Unidades da Federação 2003-05

Brasil e Unidades da Federação	PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA					
	2003		2004		2005	
	Valor (1,00 R\$)	Ranking	Valor (1,00 R\$)	Ranking	Valor (1,00 R\$)	Ranking
BRASIL	9.498	-	10.692	-	11.658	-
Distrito Federal	28.282	1	30.991	1	34.515	1
São Paulo	14.788	2	16.158	2	17.976	2
Rio de Janeiro	12.514	3	14.664	3	16.057	3
Santa Catarina	11.764	4	13.403	5	14.543	4
Espírito Santo	9.425	8	11.998	8	13.855	5
Mato Grosso	10.347	7	13.445	4	13.365	6
Rio Grande do Sul	11.742	5	12.850	6	13.298	7
Paraná	10.935	6	12.080	7	12.344	8
Amazonas	8.100	10	9.658	9	10.318	9
Minas Gerais	7.937	12	9.336	11	10.014	10
Mato Grosso do Sul	8.772	9	9.461	10	9.561	11
Goiás	7.937	11	8.718	12	8.992	12
Rondônia	6.594	14	7.209	14	8.396	13
Roraima	7.455	13	7.361	13	8.125	14
Amapá	6.220	15	7.026	15	7.335	15
Tocantins	5.784	16	6.556	16	6.939	16
Sergipe	5.718	17	6.289	17	6.824	17
Acre	5.278	18	6.251	18	6.694	18
Bahia	5.031	19	5.780	19	6.581	19
Rio Grande do Norte	4.626	21	5.260	21	5.950	20
Pernambuco	4.774	20	5.287	20	5.933	21
Pará	4.448	22	5.192	22	5.612	22
Ceará	4.145	23	4.622	23	5.055	23
Paraíba	3.998	24	4.210	25	4.691	24
Alagoas	3.805	25	4.324	24	4.688	25
Maranhão	3.112	26	3.588	26	4.151	26
Piauí	2.978	27	3.297	27	3.701	27

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Nota: Os valores de 2005 foram ajustados pelo IBGE

Produto Interno Bruto Per Capita, segundo ranking das Unidades da Federação 2006-08

Brasil e Unidades da Federação	PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA					
	2006		2007		2008	
	Valor (1,00 R\$)	Ranking	Valor (1,00 R\$)	Ranking	Valor (1,00 R\$)	Ranking
BRASIL	12.687	-	14.465	-	15.990	-
Distrito Federal	37.599	1	40.696	1	45.978	1
São Paulo	19.550	2	22.667	2	24.457	2
Rio de Janeiro	17.693	3	19.245	3	21.621	3
Santa Catarina	15.633	4	18.003	4	20.369	4
Espírito Santo	15.235	5	17.834	5	20.231	5
Mato Grosso	14.305	6	16.689	6	17.927	7
Rio Grande do Sul	13.152	7	15.711	7	18.378	6
Paraná	12.341	8	14.954	8	16.928	8
Amazonas	11.826	9	13.043	9	14.014	11
Minas Gerais	11.025	10	12.519	10	14.233	9
Mato Grosso do Sul	10.592	11	12.411	11	14.188	10
Goiás	9.956	12	11.548	12	12.879	12
Rondônia	9.074	13	10.534	13	11.977	13
Roraima	8.543	14	10.320	14	11.845	14
Amapá	8.389	15	10.254	15	11.033	15
Tocantins	7.559	16	8.921	16	10.223	16
Sergipe	7.208	17	8.789	17	9.779	18
Acre	7.041	18	8.712	18	9.896	17
Bahia	6.919	19	7.787	19	8.378	19
Rio Grande do Norte	6.753	20	7.607	20	8.203	20
Pernambuco	6.527	21	7.337	21	8.065	21
Pará	6.240	22	7.007	22	7.993	22
Ceará	5.635	23	6.149	23	7.112	23
Paraíba	5.507	24	6.097	24	6.866	24
Alagoas	5.162	25	5.858	25	6.227	25
Maranhão	4.628	26	5.165	26	6.104	26
Piauí	4.212	27	4.662	27	5.373	27

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Nota: Os valores de 2006 foram ajustados pelo IBGE

Produto Interno Bruto Per Capita, segundo ranking, por Estados da Região Nordeste - 2003-08

Região Nordeste	PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA											
	2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	Valor (1,00 R\$)	Ran- king	Valor (1,00 R\$)	Ran- king	Valor (1,00 R\$)	Ran- king	Valor (1,00 R\$)	Ran- king	Valor (1,00 R\$)	Ran- king	Valor (1,00 R\$)	Ran- king
Nordeste	4.355	-	4.899	-	5.499	-	6.028	-	6.749	-	6.227	-
Sergipe	5.718	1	6.289	1	6.824	1	7 559	1	8.712	1	9.779	1
Bahia	5.031	2	5.780	2	6.581	2	6 919	2	7.787	2	8.378	2
Rio Grande do Norte	4.626	4	5.260	4	5.950	3	6 753	3	7.607	3	8.203	3
Pernambuco	4.774	3	5.287	3	5.933	4	6 527	4	7.337	4	8.065	4
Ceará	4.145	5	4.622	5	5.055	5	5 635	5	6.149	5	7.112	5
Paraíba	3.998	6	4.210	7	4.691	6	5 507	6	6.097	6	6.866	6
Alagoas	3.805	7	4.324	6	4.688	7	5 162	7	5.858	7	6.227	7
Maranhão	3.112	8	3.588	8	4.151	8	4 628	8	5.165	8	6.104	8
Piauí	2.978	9	3.297	9	3.701	9	4 212	9	4.662	9	5.373	9

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Nota: Os valores de 2005-06 foram ajustados pelo IBGE

Produto Interno Bruto de Alagoas, do Nordeste e do Brasil, segundo participação - 2003-08

Ano	PRODUTO INTERNO BRUTO					
	Valor (1 000 000 R\$)			Participação (%)		
	Alagoas	Nordeste	Brasil	AL/NE	AL/BR	NE/BR
2003	11.210	217.037	1.699.948	5,16	0,66	12,77
2004	12.891	247.043	1.941.498	5,22	0,66	12,72
2005	14.139	280.545	2.147.239	5,04	0,66	13,07
2006	15.748	311.104	2.369.484	5,06	0,66	13,13
2007	17.793	347.797	2.661.345	5,12	0,67	13,07
2008	19.477	397.503	3.031.864	4,90	0,64	13,11

Fonte: IBGE-CONAC/SEPLANDE-SINC

Nota: Os valores de 2005-06 foram ajustados pelo IBGE

